



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº8254/2025/PMCO/TO

I – DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para futura, eventual e parcelada prestação de serviços de locação de equipamentos para instalação e montagem em regime COMODATO e monitoramento, e demais se fizerem necessário para instalação do sistema de Alarme e CFTV, para o monitoramento e gravação das imagens, incluindo o serviço de instalação dos equipamentos com a aquisição da infraestrutura necessária e manutenção, fornecimento e instalação de sistema de sensor de alarme de porta, por um período de 12 (doze) meses, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO e Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação.

1.2. Considerar para efeito da elaboração da proposta de preço a descrição dos itens constantes neste termo de referência, conforme detalhado abaixo:

LOTE ÚNICO									
Lote Único	Itens	Código	Descrição	Unidade	Quantidade prevista de Serviços	Período Estimado (Meses)	Preço Unitário Estimado	Valor Mensal	Valor por mês Estimado
Prestação de serviços de locação de equipamentos para instalação e montagem em regime COMODATO e monitoramento, e demais se fizerem necessário para instalação do sistema de Alarme e CFTV, para o monitoramento e gravação das imagens, incluindo o serviço de instalação dos equipamentos com a aquisição da infraestrutura necessária e manutenção, fornecimento e instalação de sistema de	01	40632	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CFTV (INFRAESTRUTURA, SOFTWARE, DVR E MONITOR) FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO COMPLETA DE CFTV, INCLUINDO TODA INFRAESTRUTURA (ELETRODUTOS, CABOS, FIOS, CONECTORES, TOMADAS, CAIXAS DE PASSAGEM, ABRAÇADEIRAS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO SERVIDOR DE GRAVAÇÃO (DVR) COM MÍNIMO DE 16 CANAIS, HD DE 2TB, COMPRESSÃO H.265+, ACESSO REMOTO, RACK 19" E NOBREAK; SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO COMPATÍVEL; LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MONITOR LED DE 32"; TREINAMENTO DE USUÁRIOS; ELABORAÇÃO DO MEMORIAL "AS BUILT" E PLANO DE SEGURANÇA. TODO O SISTEMA DEVERÁ ESTAR EM PLENO FUNCIONAMENTO, COM SUPORTE TÉCNICO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL.	Serviço	45	12	R\$ 383,97	R\$ 17.278,65	R\$ 207.343,80
	02	40633	FORNECIMENTO DE CÂMERAS DIGITAIS DO TIPO "BULLET", EM COMODATO, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1280X720 (1MP), INFRAVERMELHO, GRAU DE PROTEÇÃO IP66/67, ALCANCE MÍNIMO DE 30 METROS, TECNOLOGIA HD (HDTVI OU HDCVI), DETECÇÃO DE MOVIMENTO, SISTEMA D-WDR, SENSIBILIDADE MÍNIMA DE 0,001 LUX, SUPORTE ANTIVANDALISMO QUANDO APLICÁVEL, SUPORTE DE FIXAÇÃO E TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS. AS CÂMERAS DEVERÃO SER COMPATÍVEIS E INTEGRADAS AO DVR E SOFTWARE DO SISTEMA.	SERV	267	12	R\$ 112,00	R\$ 29.904,00	R\$ 358.848,00



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

sensor de alarme de porta, por um período de 12 (doze) meses, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO e Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação.	03	40813	INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DIGITAIS DO TIPO "BULLET", COM TODA FIAÇÃO INCLUSA	SERV	267	1	R\$ 75,00	XXXXXXX	R\$ 20.025,00
	04	40634	FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ALARME E SENSORES DE SEGURANÇA, EM COMODATO, INCLUINDO: CENTRAL DE ALARME MICROPROCESSADA MONITORADA, SENSORES DE PORTA ANTIVANDALISMO, SENSORES INFRAVERMELHOS DE PRESENÇA (INTERNOS E EXTERNOS), TECLADO REMOTO LCD, SIRENES PIEZOELÉTRICAS, BATERIAS, TRANSFORMADOR, MÓDULOS DE EXPANSÃO, CABEAMENTO E TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO. O SISTEMA DEVERÁ PERMITIR COMUNICAÇÃO REMOTA VIA TELEFONE E CELULAR E INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA CFTV. INCLUI ENTREGA DO MEMORIAL "AS BUILT" DE TODA A INSTALAÇÃO.	SERV	47	12	R\$ 178,83	R\$ 8.405,01	R\$ 100.860,12
	05	40814	INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE ALARME E SENSORES DE SEGURANÇA	SERV	47	1	R\$ 60,00	XXXXXXX	R\$ 2.820,00
Valor Total do Lote									R\$ 689.896,92

1.2.1. Caso o item apresente descrição diferente daquela registrada no Portal Nacional de Compras Públicas – comprasgov, deverá ser considerada a descrição constante neste Termo de Referência, tendo em vista não haver Catmat disponível com a descrição exata do item pretendido.

1.2.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ 689.896,92 (seiscentos e oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e seis reais e noventa e dois centavos)**, conforme valores unitários apostos na tabela constante no subitem 1.2.1. deste Termo de Referência, cujo valores foram obtidos através de pesquisa de preço realizada pelo Departamento de Compras e Orçamento desta municipalidade. (Pesquisa de Preço e Planilha de Estimativa, consta nos autos do Processo Administrativo Nº8254/2025/PMCO/TO).

1.2.3. A Prestação de Serviços e aquisição é para atendimento às **manutenções abaixo especificadas e demais que virem a surgir no decorrer da vigência do Instrumento Contratual** de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal, junto aos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação de Colinas do Tocantins:

1.2.3.1. Manutenção da Secretaria de Administração;

1.2.3.2. Manutenção do Gabinete do Prefeito;

1.2.3.3. Secretaria Municipal Segurança Urbana;

1.2.3.4. Secretaria Municipal de Esporte, Cultura;

1.2.3.5. Sec. M. De Produção, Desenvolvimento e Meio Ambiente;

1.2.3.6. Secretaria Municipal Planejamento de Gestão e Finanças;

1.2.3.7. Sec. Municipal de Infraestrutura e Obras;

1.2.3.8. Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social;

1.2.3.9. Manutenção do CRAS;

Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins - Anexo I, situado na Rua 23 – Nº1445
Setor Aeroporto - CEP 77.760-000
Colinas do Tocantins/TO.

**Justiça Social com
transparência e eficiência**



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

- 1.2.3.10. Manutenção do CREAS;
- 1.2.3.11. Manutenção do Auxílio Brasil;
- 1.2.3.12. Manutenção do Criança Feliz;
- 1.2.3.13. Manutenção da Casa Lar;
- 1.2.3.14. Manutenção do CCI;
- 1.2.3.15. Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde;
- 1.2.3.16. Manut. Do Centro de Especialidades. Em Odontologia;
- 1.2.3.17. Manut. Do centro de Atenção Psicossocial;
- 1.2.3.18. Manut/ Programas da Atenção Básica;
- 1.2.3.19. Manut. Ambulatório Médico Especialidades;
- 1.2.3.20. Manutenção do Hospital Mun. De Colinas;
- 1.2.3.21. Manutenção do Caps ADIII;
- 1.2.3.22. Manutenção da Clínica de Fisioterapia;
- 1.2.3.23. Manutenção da Farmácia Básica;
- 1.2.3.24. Manutenção da Vigilância Sanitária;
- 1.2.3.25. Manutenção da Vigilância Epidemiológica;
- 1.2.3.26. Manut. Do Núcleo de Controle de Zoonoses;
- 1.2.3.27. Manutenção da SEMED.

1.3. DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO SERVIÇO COMUM

1.3.1. O objeto a ser contratado enquadra-se como serviços comuns de que trata a Lei Nº14.133/2021 e o Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO, por possuir padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais de mercado, podendo, portanto, será licitado por meio da **modalidade Pregão, sob sistema de Registro de Preço.**

1.4. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.4.1. A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de equipamentos para instalação e montagem, em regime de comodato, e monitoramento do sistema de alarme e CFTV, incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de infraestrutura e sensores de alarme de porta, pelo período de 12 (doze) meses, justifica-se pela necessidade de assegurar a proteção patrimonial e a segurança física das dependências da administração municipal e órgãos vinculantes.

1.4.2. A contratação se mostra necessária em razão da imprescindibilidade de garantir a segurança patrimonial e a integridade física de servidores, usuários e do patrimônio público nas unidades vinculadas à Secretaria de Assistência Social, as quais realizam atividades contínuas de atendimento à população em situação de vulnerabilidade social. Tais



unidades, por seu caráter público e social, demandam vigilância e monitoramento constante, prevenindo furtos, invasões e danos aos bens públicos, bem como proporcionando ambiente mais seguro para o desenvolvimento das ações socioassistenciais.

1.4.3. Em virtude da demanda contínua e essencial de segurança patrimonial e monitoramento eletrônico nos estabelecimentos de Saúde vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, tais com Hospital, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Regulação e demais dependências administrativas. Essas unidades possuem funcionamento ininterrupto e abrigam equipamentos, medicamentos, insumos e informações sensíveis, o que exige medidas preventivas e tecnológicas de segurança que garantam a integridade física do patrimônio público, dos profissionais e dos usuários do sistema de saúde.

1.4.4. Com a necessidade de garantir a segurança patrimonial, a integridade física dos servidores e a proteção dos bens públicos localizados nas dependências administrativas da Secretaria Municipal de Educação. O controle e o monitoramento adequados dos espaços administrativos são essenciais para a prevenção de furtos, invasões, atos de vandalismo e demais situações que possam comprometer o funcionamento e a continuidade das atividades administrativas da pasta.

1.4.5. O serviço proposto é essencial para monitorar continuamente as áreas internas e externas, prevenindo ocorrências de invasões, furtos, danos ao patrimônio e situações de risco à integridade de servidores e usuários. O sistema de alarme e CFTV constitui um instrumento indispensável de vigilância eletrônica, complementando as ações de segurança institucional e contribuindo para a celeridade na resposta a eventuais incidentes.

1.4.6. A execução direta por meios próprios mostra-se inviável técnica e economicamente, uma vez que administração não dispõe de equipe especializada, nem de equipamentos, infraestrutura e tecnologia adequadas para instalação, monitoramento e manutenção dos sistemas eletrônicos de segurança. A implantação de estrutura própria demandaria altos investimentos iniciais, custos com capacitação técnica, reposição de equipamentos, manutenção constante e atualização tecnológica, o que acarretaria maior onerosidade e menor eficiência operacional.

1.4.7. Optou-se, portanto, pelo modelo de locação em regime de comodato, que possibilita à Administração usufruir de equipamentos modernos e eficientes, sem necessidade de aquisição permanente, garantindo atualização tecnológica, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva inclusas e continuidade do serviço durante todo o contrato.

1.4.8. A contratação atende aos princípios previstos nos artigos 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, notadamente os do planejamento, eficiência, economicidade, motivação e busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Além disso, observa-se a sustentabilidade administrativa e financeira, ao adotar solução contratual que reduz custos de investimento, otimiza recursos públicos e assegura maior confiabilidade ao sistema de segurança institucional.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

1.4.9. Dessa forma, a presente contratação é tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e operacionalmente necessária, garantindo a prestação contínua e eficaz dos serviços de monitoramento eletrônico e segurança patrimonial.

1.5. DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

1.5.1. Os quantitativos foram definidos com base em levantamento técnico realizado pelo setor demandante, que levou em consideração a necessidade real das unidades administrativas e operacionais, bem como o histórico de consumo e utilização dos últimos doze meses de algumas secretarias municipais. Além disso, consideraram-se as solicitações formais anexadas aos autos e as manifestações de interesse encaminhadas pelos setores envolvidos, de modo a garantir que a estimativa reflita a demanda efetiva e atual.

1.5.2. Os quantitativos constantes na tabela abaixo, são estimados e correspondem ao número máximo de solicitações a serem autorizados, mediante teto financeiro estimado, não sendo a Administração obrigada a consumi-lo em sua totalidade.

1.5.3. Os quantitativos estimados relacionados neste Termo de Referência não geram qualquer tipo de obrigação à Contratante, podendo a Administração promover a aquisição e serviços de acordo com suas necessidades, obedecendo à legislação pertinente.

1.6. DOS QUANTITATIVOS E DOS VALORES ESTIMADOS POR ÓRGÃO GERENCIADOR E POR ÓRGÃO PARTICIPANTE.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS DO TOCANTINS					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade de serviços	Período em meses	total
01	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CFTV (INFRAESTRUTURA, SOFTWARE, DVR E MONITOR) FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO COMPLETA DE CFTV, INCLUINDO TODA INFRAESTRUTURA (ELETRODUTOS, CABOS, FIOS, CONECTORES, TOMADAS, CAIXAS DE PASSAGEM, ABRAÇADEIRAS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO SERVIDOR DE GRAVAÇÃO (DVR) COM MÍNIMO DE 16 CANAIS, HD DE 2TB, COMPRESSÃO H.265+, ACESSO REMOTO, RACK 19" E NOBREAK; SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO COMPATÍVEL; LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MONITOR LED DE 32"; TREINAMENTO DE USUÁRIOS; ELABORAÇÃO DO MEMORIAL "AS BUILT" E PLANO DE SEGURANÇA. TODO O SISTEMA DEVERÁ ESTAR EM PLENO FUNCIONAMENTO, COM	Serviços	5	12	60



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

	SUPORTE TÉCNICO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL.				
02	FORNECIMENTO DE CÂMERAS DIGITAIS DO TIPO "BULLET", EM COMODATO, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1280X720 (1MP), INFRATERMELHO, GRAU DE PROTEÇÃO IP66/67, ALCANCE MÍNIMO DE 30 METROS, TECNOLOGIA HD (HDTVI OU HDCVI), DETECÇÃO DE MOVIMENTO, SISTEMA D-WDR, SENSIBILIDADE MÍNIMA DE 0,001 LUX, SUPORTE ANTIVANDALISMO QUANDO APLICÁVEL, SUPORTE DE FIXAÇÃO E TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS. AS CÂMERAS DEVERÃO SER COMPATÍVEIS E INTEGRADAS AO DVR E SOFTWARE DO SISTEMA.	Serviços	30	12	360
03	INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DIGITAIS DO TIPO "BULLET", COM TODA FIAÇÃO INCLUSA	Serviços	30	1	30
04	FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ALARME E SENSORES DE SEGURANÇA, EM COMODATO, INCLUINDO: CENTRAL DE ALARME MICROPROCESSADA MONITORADA, SENSORES DE PORTA ANTIVANDALISMO, SENSORES INFRATERMELHOS DE PRESENÇA (INTERNOS E EXTERNOS), TECLADO REMOTO LCD, SIRENES PIEZOELETRICAS, BATERIAS, TRANSFORMADOR, MÓDULOS DE EXPANSÃO, CABEAMENTO E TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO. O SISTEMA DEVERÁ PERMITIR COMUNICAÇÃO REMOTA VIA TELEFONE E CELULAR E INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA CFTV. INCLUI ENTREGA DO MEMORIAL "AS BUILT" DE TODA A INSTALAÇÃO.	Serviços	5	12	60
05	INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE ALARME E SENSORES DE SEGURANÇA	Serviços	5	1	5
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade de serviços	Período em meses	total
01	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CFTV (INFRAESTRUTURA, SOFTWARE, DVR E MONITOR) FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA	Serviços	12	12	144



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

	SOLUÇÃO COMPLETA DE CFTV, INCLUINDO TODA INFRAESTRUTURA (ELETRODUTOS, CABOS, FIOS, CONECTORES, TOMADAS, CAIXAS DE PASSAGEM, ABRAÇADEIRAS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO SERVIDOR DE GRAVAÇÃO (DVR) COM MÍNIMO DE 16 CANAIS, HD DE 2TB, COMPRESSÃO H.265+, ACESSO REMOTO, RACK 19" E NOBREAK; SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO COMPATÍVEL; LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MONITOR LED DE 32"; TREINAMENTO DE USUÁRIOS; ELABORAÇÃO DO MEMORIAL "AS BUILT" E PLANO DE SEGURANÇA. TODO O SISTEMA DEVERÁ ESTAR EM PLENO FUNCIONAMENTO, COM SUPORTE TÉCNICO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL.				
02	FORNECIMENTO DE CÂMERAS DIGITAIS DO TIPO "BULLET", EM COMODATO, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1280X720 (1MP), INFRAVERMELHO, GRAU DE PROTEÇÃO IP66/67, ALCANCE MÍNIMO DE 30 METROS, TECNOLOGIA HD (HDTVI OU HDCVI), DETECÇÃO DE MOVIMENTO, SISTEMA D-WDR, SENSIBILIDADE MÍNIMA DE 0,001 LUX, SUPORTE ANTIVANDALISMO QUANDO APLICÁVEL, SUPORTE DE FIXAÇÃO E TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS. AS CÂMERAS DEVERÃO SER COMPATÍVEIS E INTEGRADAS AO DVR E SOFTWARE DO SISTEMA.	Serviços	96	12	1.152
03	INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DIGITAIS DO TIPO "BULLET", COM TODA FIAÇÃO INCLUSA	Serviços	96	1	96
04	FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ALARME E SENSORES DE SEGURANÇA, EM COMODATO, INCLUINDO: CENTRAL DE ALARME MICROPROCESSADA MONITORADA, SENSORES DE PORTA ANTIVANDALISMO, SENSORES INFRAVERMELHOS DE PRESENÇA (INTERNOS E EXTERNOS), TECLADO REMOTO LCD, SIRENES PIEZOELÉTRICAS, BATERIAS, TRANSFORMADOR, MÓDULOS DE EXPANSÃO, CABEAMENTO E TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO. O SISTEMA DEVERÁ PERMITIR COMUNICAÇÃO REMOTA VIA	Serviços	12	12	144



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

	TELEFONE E CELULAR E INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA CFTV. INCLUI ENTREGA DO MEMORIAL "AS BUILT" DE TODA A INSTALAÇÃO.				
05	INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE ALARME E SENSORES DE SEGURANÇA	Serviços	12	1	12
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade de serviços	Período em meses	total
01	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CFTV (INFRAESTRUTURA, SOFTWARE, DVR E MONITOR) FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO COMPLETA DE CFTV, INCLUINDO TODA INFRAESTRUTURA (ELETRODUTOS, CABOS, FIOS, CONECTORES, TOMADAS, CAIXAS DE PASSAGEM, ABRAÇADEIRAS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO SERVIDOR DE GRAVAÇÃO (DVR) COM MÍNIMO DE 16 CANAIS, HD DE 2TB, COMPRESSÃO H.265+, ACESSO REMOTO, RACK 19" E NOBREAK; SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO COMPATÍVEL; LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MONITOR LED DE 32"; TREINAMENTO DE USUÁRIOS; ELABORAÇÃO DO MEMORIAL "AS BUILT" E PLANO DE SEGURANÇA. TODO O SISTEMA DEVERÁ ESTAR EM PLENO FUNCIONAMENTO, COM SUPORTE TÉCNICO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL.	Serviços	1	12	12
02	FORNECIMENTO DE CÂMERAS DIGITAIS DO TIPO "BULLET", EM COMODATO, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1280X720 (1MP), INFRAVERMELHO, GRAU DE PROTEÇÃO IP66/67, ALCANCE MÍNIMO DE 30 METROS, TECNOLOGIA HD (HDTVI OU HDCVI), DETECÇÃO DE MOVIMENTO, SISTEMA D-WDR, SENSIBILIDADE MÍNIMA DE 0,001 LUX, SUPORTE ANTIVANDALISMO QUANDO APLICÁVEL, SUPORTE DE FIXAÇÃO E TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS. AS CÂMERAS DEVERÃO SER COMPATÍVEIS E INTEGRADAS AO DVR E SOFTWARE DO SISTEMA.	Serviços	6	12	72
03	INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DIGITAIS DO TIPO "BULLET", COM TODA FIAÇÃO INCLUSA	Serviços	6	1	6



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

04	FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ALARME E SENSORES DE SEGURANÇA, EM COMODATO INCLUINDO: CENTRAL DE ALARME MICROPROCESSADA MONITORADA, SENSORES DE PORTA ANTIVANDALISMO, SENSORES INFRAVERMELHOS DE PRESENÇA (INTERNOS E EXTERNOS), TECLADO REMOTO LCD, SIRENES PIEZOELETRICAS, BATERIAS, TRANSFORMADOR, MÓDULOS DE EXPANSÃO, CABEAMENTO E TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO. O SISTEMA DEVERÁ PERMITIR COMUNICAÇÃO REMOTA VIA TELEFONE E CELULAR E INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA CFTV. INCLUI ENTREGA DO MEMORIAL "AS BUILT" DE TODA A INSTALAÇÃO.	Serviços	3	12	36
05	INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE ALARME E SENSORES DE SEGURANÇA	Serviços	3	1	3
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade de serviços	Período em meses	total
01	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CFTV (INFRAESTRUTURA, SOFTWARE, DVR E MONITOR) FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO COMPLETA DE CFTV, INCLUINDO TODA INFRAESTRUTURA (ELETRODUTOS, CABOS, FIOS, CONECTORES, TOMADAS, CAIXAS DE PASSAGEM, ABRAÇADEIRAS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO SERVIDOR DE GRAVAÇÃO (DVR) COM MÍNIMO DE 16 CANAIS, HD DE 2TB, COMPRESSÃO H.265+, ACESSO REMOTO, RACK 19" E NOBREAK; SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO COMPATÍVEL; LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MONITOR LED DE 32"; TREINAMENTO DE USUÁRIOS; ELABORAÇÃO DO MEMORIAL "AS BUILT" E PLANO DE SEGURANÇA. TODO O SISTEMA DEVERÁ ESTAR EM PLENO FUNCIONAMENTO, COM SUPORTE TÉCNICO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL.	Serviços	27	12	324



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

02	FORNECIMENTO DE CÂMERAS DIGITAIS DO TIPO "BULLET", EM COMODATO, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1280X720 (1MP), INFRAVERMELHO, GRAU DE PROTEÇÃO IP66/67, ALCANCE MÍNIMO DE 30 METROS, TECNOLOGIA HD (HDTVI OU HDCVI), DETECÇÃO DE MOVIMENTO, SISTEMA D-WDR, SENSIBILIDADE MÍNIMA DE 0,001 LUX, SUPORTE ANTIVANDALISMO QUANDO APLICÁVEL, SUPORTE DE FIXAÇÃO E TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS. AS CÂMERAS DEVERÃO SER COMPATÍVEIS E INTEGRADAS AO DVR E SOFTWARE DO SISTEMA.	Serviços	135	12	1620
03	INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DIGITAIS DO TIPO "BULLET", COM TODA FIAÇÃO INCLUSA	Serviços	135	1	135
04	FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ALARME E SENSORES DE SEGURANÇA, INCLUINDO: CENTRAL DE ALARME MICROPROCESSADA MONITORADA, SENSORES DE PORTA ANTIVANDALISMO, SENSORES INFRAVERMELHOS DE PRESENÇA (INTERNOS E EXTERNOS), TECLADO REMOTO LCD, SIRENES PIEZOELÉTRICAS, BATERIAS, TRANSFORMADOR, MÓDULOS DE EXPANSÃO, CABEAMENTO E TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO. O SISTEMA DEVERÁ PERMITIR COMUNICAÇÃO REMOTA VIA TELEFONE E CELULAR E INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA CFTV. INCLUI ENTREGA DO MEMORIAL "AS BUILT" DE TODA A INSTALAÇÃO.	Serviços	27	12	324
05	INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE ALARME E SENSORES DE SEGURANÇA	Serviços	27	1	27

1.7. Relação dos locais para futura e eventual contratação de prestação de serviços de instalações de sistema de monitoramento, conforme a necessidade da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO.

Local	Endereço
Prédio da Prefeitura Municipal	Rua Presidente Dutra, nº 263, Centro
Anexo I – Prefeitura Municipal	Rua 23 A – 1445 – Setor Aeroporto II

1.7.1. Os pontos de monitoramento eletrônico a serem licitados em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal totalizam 05 (cinco), onde os 03 (três) pontos excedentes serão destinados a outros locais que não foram elencados, conforme as necessidades da Administração Municipal, bem como para futuras instalações.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

1.8. Relação dos locais para futura e eventual contratação de prestação de serviços de instalações de sistema de monitoramento, conforme a necessidade do Fundo Municipal de Assistência Social de Colinas do Tocantins/TO.

Local	Endereço
CRAS Maria Cecília Lopes	Rua Alto Parnaíba, s/n, praça, st. Santa Rosa
CRAS Maria de Fátima Rezende	Rua Araguaia, nº39, st. Vila São João
CRAS Ivete Cominet Bolina	Rua Martin Lutherking, s/n, st. Santo Antônio
CREAS	Rua Delta, S/N, Jardim Campo Clube
Secretaria	Rua 3, n 1755, centro
Casa Lar	Rua Goiás, nº43, st sol nascente
CCI	Rua Goiás, s/n, st sol nascente
5 Equipamentos não elencados	no qual já consta no quantitativo total proposto pela secretaria

1.8.1. Os pontos de monitoramento eletrônico a serem licitados em atendimento as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, totalizam 12 (doze), onde os 05 (cinco) pontos excedentes serão destinados a outros locais que não foram elencados, conforme as necessidades da Secretaria Municipal, bem como para futuras instalações.

1.9. Relação dos locais para futura e eventual contratação de prestação de serviços de instalações de sistema de monitoramento, conforme a necessidade do Fundo Municipal de Educação de Colinas do Tocantins/TO.

1.9.1. Os pontos de monitoramento eletrônico a serem licitados em atendimento as necessidades do Fundo Municipal de Educação, totalizam 03 (três), onde os 02 (dois) pontos excedentes serão destinados a outros locais que não foram elencados, conforme as necessidades da Secretaria Municipal, bem como para futuras instalações.

Local	Endereço
Secretaria Municipal de Educação - SEMED	Av. Tiradentes, número 1635, Centro

1.10. Relação dos locais para futura e eventual contratação de prestação de serviços de instalações de sistema de monitoramento, conforme a necessidade do Fundo Municipal de Saúde de Colinas do Tocantins/TO.

LOCAL	ENDEREÇOS
CAPS II	Avenida Filadélfia – nº272 – Centro
CAPS ADIII	Rua Luiz Alves Guida – nº598 – Santo Antônio
CEO	Rua Tenente Siqueira Campos – nº707 – Centro
Núcleo de Controle de Zoonoses - ADM	Rua Goiás – s/n – Setor Sol Nascente
Ambulatório Médico de Especialidades – AME	Avenida Pedro Ludovico Teixeira – nº721 - Setor Rodoviário
Vigilância em Saúde	
Hospital Municipal de Colinas	Rua Tiradentes, nº480 – Setor Campinas
Unidade Básica de Saúde Maria Campos Aires - ao lado Academia de Saúde	rua 07 de Setembro – nº176 – Setor Rodoviário
Unidade Básica de Saúde Davino Teixeira – ao lado Academia de Saúde	Rua Alto Parnaíba – s/n – Setor Santa Rosa



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

Unidade Básica de Saúde Centro e Sol Nascente	Rua Goiás – nº870 – Setor Sol Nascente
Unidade Básica de Saúde Santa Maria	Rua Maurício Guedes – s/n – Setor Santa Maria
Unidade Básica de Saúde São Cristóvão	Rua São Judas Tadeu – nº666 – Setor Santo Antônio
Unidade Básica de Saúde Ágda Maria de Jesus	Rua Getúlio Vargas – s/n – Setor Estrela do Norte
Unidade Básica de Saúde Nair Ferreira	Rua 03 – nº1.241 – Setor sul
Unidade Básica de Saúde Jarmilão Sampaio	Rua Ruidelmar Limeira Borges– nº759 – Campinas
Unidade Básica de Saúde Laurindo Ferreira	Rua 28 – nº195 – Setor Oeste
Unidade Básica de Saúde Maria Martins	Avenida Joel Camilo - Centro
Unidade Básica de Saúde Araguaia II - ao lado Academia de Saúde	Rua Mineiros – s/n – Novo Planalto
Unidade Básica de Saúde Gerson de Oliveira	Rua do Rotary – nº637 – Colinas Campo Club
Secretaria Municipal de Saúde	Rua Goianésia nº1133 – Novo Planalto
Laboratório Municipal/Rede de Frios	Rua Airton Senna da Silva – nº667 – Alvorada
Clínica Municipal de Fisioterapia	Rua Melcíades José de Siqueira, nº109 - Centro
Regulação Municipal	Rua Melcíades José de Siqueira s/n, Centro
05 (cinco) pontos não elencados	no qual já consta no quantitativo total proposto pela Secretaria

1.10.1. Os pontos de monitoramento eletrônico a serem licitados em atendimento as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, totalizam 27 (vinte e sete), onde os 05 (cinco) pontos excedentes serão destinados a outros locais que não foram elencados, conforme as necessidades da Secretaria Municipal, bem como para futuras instalações.

1.11. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

1.11.1. CFTV – CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO

1.11.1.1. Fornecimento e instalação da infraestrutura necessária ao funcionamento da Solução Tecnológica de Circuito Fechado de TV (CFTV); incluindo eletrodutos, pontos de rede e elétricos, cabos, fios, tomadas, conectores, caixas de passagem, abraçadeiras e todo material que se fizer necessário ao pleno e corre funcionamento do sistema, mesmo que não esteja descrito neste documento.

1.11.1.2. Treinamento de usuários para operação do Sistema de CFTV, juntamente com a elaboração e implantação de um Plano de Segurança, coordenando assim visualização das câmeras essenciais.

1.11.1.3. Fornecimento do Memorial Descritivo como construído (“As Built”) da solução instalada.

1.11.1.4. Descrição dos equipamentos/serviços incluídos na Solução Tecnológica do Circuito Fechado de TV (CFTV), que consiste na instalação de câmeras com tecnologia digital do tipo indoor/outdoor para captação de imagens, visualização e gravação em



equipamento local com possibilidade de monitoramento remoto fornecimento de servidores de bancos de dados, em como software para gerenciamento das imagens.

1.11.1.5. Ressaltamos que não será permitido o reaproveitamento do cabeamento existente.

1.11.2. LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS FIXAS TIPO BULLET

1.11.2.1. Deverão possuir resolução mínima de 1280x720 (1 Megapixels), com infravermelho, possuir grau mínimo de proteção IP 66/67, instaladas na fachada da edificação.

1.11.2.2. Características mínimas:

1.11.2.2.1. Deverão ser oferecidas para locação e instaladas **câmeras tipo “bullet”** com capacidade de alcance de detalhes (reconhecimento) de imagem até 30 (trinta) metros da local instalação;

1.11.2.2.2. Para garantir a plena compatibilidade do sistema e aproveitamento máximo dos recursos disponíveis, os pontos de monitoramento e servidores de gravação deverão ser mesma marca, modelo e versão, sendo desclassificada a empresa que não apresentar a proposta nestas condições;

1.11.2.2.3. Câmera com tecnologia HD “High Definition” (Alta Definição) - HDTVI - “High Definition Transport Video Interface” (ou Interface de Transporte de Vídeo em Alta Definição) ou HDCVI significa “High Definition Composite Video Interface” (ou Interface Composta de Vídeo de Alta Definição) para vídeo monitoramento;

1.11.2.2.4. Deverão possuir tecnologia infravermelha, conservando o nível ideal de iluminação do ambiente;

1.11.2.2.5. Detecção de Movimento;

1.11.2.2.6. Deverão ser fornecidas com suporte de fixação em poste ou parede e todos os adaptadores necessários;

1.11.2.2.7. Deverão possuir sistema Digital Wide Dynamic Range (D-WDR) para possibilitar imagens nítidas em cenas de alto contraste de iluminação;

1.11.2.2.8. Sensibilidade a luz – mínimo de 0,001 LUX;

1.11.2.2.9. Quando for o caso conforme descrito no Anexo I deste termo, a câmera deverá possuir grade de proteção antivandalismo, feita em aço galvanizado super reforçado resistente, com pintura epóxi.

1.11.3. SERVIDOR DE GRAVAÇÃO DVR – DIGITAL VÍDEO RECORDER

1.11.3.1. Deverá ser oferecido para locação e instalado com a gravação de 16 canais, com tecnologia HD com as seguintes características mínimas:

1.11.3.1.1. Possuir sistema inteligente de monitoramento;

1.11.3.1.2. Possuir marca d’água que assegura autenticidade dos vídeos gravados;

1.11.3.1.3. Possuir sistema icloud;

1.11.3.1.4. Possuir sistema pentaflex;



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

- 1.11.3.1.5. Possuir compressão de vídeo H 265 + para proporcionar maior potencial armazenamento;
- 1.11.3.1.6. Possuir sistema próprio para acesso remoto;
- 1.11.3.1.7. Possuir sistema de gravação com resolução em HD;
- 1.11.3.1.8. Possuir tecnologia mult HD compatível com todos produtos do CFTV;
- 1.11.3.1.9. Suportar entrada de vídeo HD ou HDTVI, HDCVI;
- 1.11.3.1.10. Possuir saídas de vídeo VGA com resolução de até 1080p e HDMI com resolução de até 4k;
- 1.11.3.1.11. Reprodução em tempo real;
- 1.11.3.1.12. Gravação de vídeo de no mínimo 720p;
- 1.11.3.1.13. Resolução mínima 1280x720;
- 1.11.3.1.14. **HD:** Com capacidade mínima para gravação de 20 dias de imagens e demanda de 2 (dois) terabytes em cada DVR;
- 1.11.3.1.15. **Cabeamento:** coaxial RG59, RG 6 ou 4 mm com 95% de malha de cobre, UTP CAT 5e com balun;
- 1.11.3.1.16. **Conversor:** Conversor de vídeo de 16 canais (Power Balun). Deve ser compatível com as tecnologias HD, HDTVI ou HDCVI; transmissão de vídeo de no mínimo, 300 e permitir montagem em rack;
- 1.11.3.1.17. O DVR e as câmeras deverão ser obrigatoriamente da mesma marca de fabricação;
- 1.11.3.1.18. O DVR deverá ser acompanhado de um equipamento de proteção elétrica e estabilização de energia 100% senoidal;
- 1.11.3.1.19. Equipamento microprocessado;
- 1.11.3.1.20. Possuir display digital;
- 1.11.3.1.21. Possuir no mínimo 8 tomadas de saídas protegidas;
- 1.11.3.1.22. Possuir proteção para interface fax/modem ou internet;
- 1.11.3.1.23. Possuir porta USB;
- 1.11.3.1.24. Possuir protetor de LAN;
- 1.11.3.1.25. Permitir seleção automática da tensão de entrada: 115V, 127V, 220V;
- 1.11.3.1.26. Possuir tensão de saída de 127v/220v e potência nominal mínima de 2.400VA;
- 1.11.3.1. 27. Mini Rack Desmontável padrão 19" polegadas, tamanho 8U, 470mm de parede - para acomodar toda a solução contemplando os equipamentos, servidor e/ou dvr' conversores, organizadores de cabo, painéis de comunicação e nobreak;
- 1.11.3.1.28. Dimensões externas aproximadas (LxAxP) = 550 x 421,7 x 472 mm



- 1.11.3.1.29. Possuir porta frontal com estrutura em chapa de aço SAE 1008 de espessura de 0,90 mm e visor em acrílico, e fechadura com chave;
- 1.11.3.1.30. Possuir estrutura em chapa de aço de 0,9 mm e fechamentos 0,75 mm;
- 1.11.3.1.31. Possuir acabamento com toda estrutura em aço revestida com pintura eletrostática epoxi a pó microtexturizada;
- 1.11.3.1.32. Deverá possuir abertura para cabos de aproximadamente 160x50mm;
- 1.11.3.1.33. Abertura para instalação de sistema de ventilação no teto;
- 1.11.3.1.34. Estrutura com ponto de aterramento;
- 1.11.3.1.35. Fechamento lateral com venezianas e fecho para abertura;
- 1.11.3.1.36. Compatível com as normas IEC 60297-3-100 e IEC 60297-3- 105.
- 1.11.3.1.37. Unidades de nobreak 100% senoidal.

1.11.4 SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO DE CFTV

- 1.11.4.1. Deverá ser fornecido e instalado pela CONTRATADA Software de monitoramento para circuito fechado de TV, compatível com as câmeras e gravadores de vídeo componentes do sistema e com as seguintes especificações mínimas:
 - 1.11.4.1.1. O software deve ser disponibilizado à CONTRATANTE através de mídia óptica ou através de download em sítio eletrônico do fabricante. O software deverá ser instalado nas estações de monitoramento e deve permitir:
 - 1.11.4.1.1.1. Visualizar, gravar e pesquisar imagens remotamente;
 - 1.11.4.1.1.2. Reprodução sincronizada de no mínimo 16 canais na mesma tela;
 - 1.11.4.1.1.3. Suportar múltiplos monitores para configurar dispositivos e buscar imagens sem deixar de realizar o monitoramento das câmeras;
 - 1.11.4.1.1.4. Gerenciamento de permissões para usuários;
 - 1.11.4.1.1.5. Importação e exportação de arquivos de configuração;
 - 1.11.4.2. O Software deverá ser licenciado ou compatível com a recepção dos analíticos descritos nos pontos de monitoramento (câmeras) desse Termo de Referência e demais exigências do edital.
 - 1.11.4.3. Possuir guia passo a passo para auxílio da configuração do sistema;
 - 1.11.4.4. Possuir ferramenta para adição dos dispositivos a serem conectados;
 - 1.11.4.5. Possuir ferramenta para configuração das gravações;
 - 1.11.4.6. Possuir ferramenta para configuração dos parâmetros dos eventos;
 - 1.11.4.7. Possuir ferramenta para gestão dos usuários;
 - 1.11.4.8. **Permitir adição dos dispositivos através dos modos:** Detecção de dispositivos online/ Por nome de domínio / Por segmento de portas;
 - 1.11.4.9. Permitir gravação pelos modos: Contínuo / ativação por eventos;



- 1.11.4.10. Permitir a detecção e gestão dos alarmes dos analíticos embarcados nas câmeras ofertadas;
- 1.11.4.11. Permitir envio de e-mail para os usuários no caso de notificação de alarmes acionados;
- 1.11.4.12. **Possuir as ações de notificação de alarmes:** Pop-up da imagem / aviso sonoro / link para PTZ / Ativação de saídas de relé dos dispositivos.
- 1.11.4.13. Permitir 50 ou mais cadastros de usuários;
- 1.11.4.14. Permitir redefinição de senha dos usuários a partir da conta do usuário administrador;
- 1.11.4.15. Permitir adicionar / editar / apagar usuários e as regras aplicadas a estes;
- 1.11.4.16. Permitir armazenamentos dos registros (logs) do sistema;
- 1.11.4.17. Possuir configurações de NTP;
- 1.11.4.18. **Possuir Ferramenta de Exibição Ao Vivo:** Imagens em tempo real das câmeras conectadas / Controle de PTZ / Grupos de visualização privados e públicos / visualização das imagens em modo cíclico / Gravação manual / Snapshot / Reprodução Instantânea / Zoom Digital / Áudio bidirecional;
- 1.11.4.19. **Possuir Ferramenta de Reprodução:** Reprodução das gravações contínuas e por eventos (detecção de movimento e vídeo analítico) / Reprodução síncrona e assíncrona de a 16 câmeras simultâneas/ Download de gravações por data ou arquivo / Reprodução inversa/Ajuste da velocidade da reprodução;
- 1.11.4.20. **Possuir ferramenta de Gestão de Alarmes:** Exibir informação dos eventos alarmados como nome, data e status / Pop-up das imagens das câmeras alarmadas;

1.11.5. MONITOR/TV DE LED 32”

- 1.11.5.1. Deverá ser ofertado para locação e instalado monitor para o acompanhamento das imagens nas dependências do prédio informado pelo setor requisitante, com as seguintes especificações mínimas:
 - 1.11.5.1.1. Deve possuir painel de LED de no mínimo 32” polegadas;
 - 1.11.5.1.2. Deve possuir relação de contraste dinâmico de no mínimo 1.000.000:1;
 - 1.11.5.1.3. Deve possuir tempo de resposta mínimo de 5 ms;
 - 1.11.5.1.4. Deve possuir conexão de entrada HDMI;
 - 1.11.5.1.5. Deve possuir resolução mínima em HD;
 - 1.11.5.1.6. Deverá possuir ângulo de visão mínimo de 90º horizontal;
 - 1.11.5.1.7. Deverá possuir brilho de no mínimo 200 cd/m²;
 - 1.11.5.1.8. Deve ser fornecido com cabo HDMI e caso necessário extensor de cabo HDMI para até 20 metros;
 - 1.11.5.1.9. Deve possuir Alimentação 110-240 VAC;



1.11.5.1.10. Deverá ser fornecido com suporte/pedestal com regulagem de altura caso necessário.

1.11.6. DA INFRAESTRUTURA

1.11.6.1. Fornecimento da Infraestrutura necessária ao funcionamento da Solução Tecnológica de Circuito Fechado de TV (CFTV), incluindo o fornecimento de eletrodutos em aço galvanizado, pontos de rede, elétricos, cabos, fios, tomadas, conectores, tampas, caixas de passagem, abraçadeiras e demais materiais acessórios que se fizerem necessários a pleno e perfeito funcionamento do sistema de CFTV.

1.11.7. TREINAMENTO DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE CFTV

1.11.7.1. Deverá ser ofertado pela CONTRATADA, um treinamento para no mínimo 02 (dois) servidores da Administração/Secretaria, objetivando o correto manuseio e operação do sistema de vídeo monitoramento. O prazo para o início da realização do curso é de até 05 (cinco) dias úteis após a conclusão da instalação do sistema de CFTV, respeitada a conveniência da administração do Município.

1.11.7.2. O treinamento deverá ser realizado nas instalações da Administração/Secretaria em local e horário a serem definidos posteriormente pelo CONTRATANTE.

1.11.7.3. O treinamento a ser ofertado pela CONTRATADA, deverá incluir a elaboração de um Plano de Segurança, objetivando elaborar uma estrutura de monitoramento que combina eficiência de forma otimizada, além disso o treinamento deverá abranger no mínimo os seguintes itens:

1.11.7.3.1. Visão geral do sistema;

1.11.7.3.2. Cadastro e alteração de usuários;

1.11.7.4. Como operar o sistema de Monitoramento:

1.11.7.4.1. Modos de operação – Equipamentos e software (inclusive remotamente);

1.11.7.4.2. Operação e configuração – Equipamentos e software;

1.11.7.4.3. Como visualizar imagens gravadas;

1.11.7.4.4. Como operar remotamente o sistema;

1.11.7.4.5. Como monitorar as imagens em tempo real;

1.11.7.4.6. Como alterar os parâmetros de gravação (inclusive remotamente);

1.11.7.4.7. Como comandar o salvamento de imagens permanentemente (para o caso de investigação de ocorrências);

1.11.7.4.8. Procedimentos a serem adotados em caso de alertas;

1.11.7.4.9. Noções de Manutenções Preventivas;

1.11.7.4.10. Aula prática.

1.11.8 SENSOR DE ALARME DE PORTA ANTIVANDALISMO

1.11.8.1. Locação, instalação e manutenção de sistema de sensor de alarme de porta antivandalismo



1.11.8.2. Fornecimento e Instalação de 2 pontos de sensores magnéticos de abertura nas portas, a ser instalado em local indicado pela CONTRATANTE;

1.11.8.3. Fornecimento de no máximo 10 pontos de sensores infravermelhos (sensor de presença), nos locais indicados pela CONTRATANTE.

1.11.8.4. Todos os sensores deverão ser instalados nas saídas de acesso informado para técnico responsável.

1.11.8.5. Em caso de arrombamento, o sistema de alarme deverá emitir sinal sonoro na sala onde estiverem instalados os monitores de vigilância e no celular de 2 (dois) servidores a serem definidos posteriormente pela CONTRATANTE.

1.11.8.6. Características mínimas:

1.11.8.6.1. Deverá ser composto de material inoxidável;

1.11.8.6.2. Deverá possuir resistência de até 2 toneladas;

1.11.8.6.3. Deverá possuir um GAP de abertura de até 50 mm.

1.11.9. SISTEMA DE ALARME

1.11.9.1. Fornecimento e instalação de Central de alarme micro processada, tipo monitorado, com fio:

1.11.9.1.1. Possuir certificado da ANATEL;

1.11.9.1.2. Suportar arme e desarme por teclado;

1.11.9.1.3. Suportar no mínimo 18 (dezoito) zonas ou setores programáveis com ou 9.1.4. sem modulo de expansão e/ou teclados;

1.11.9.1.4. Suportar no mínimo 02 (duas) partições com ou sem módulo de expansão;

1.11.9.1.5. Suportar no mínimo 04 (quatro) teclados com ou sem módulo de expansão;

1.11.9.1.6. Suportar no mínimo 50 (cinquenta) códigos de usuários;

1.11.9.1.7. Suportar comunicação por linha telefônica;

1.11.9.1.8. Suportar detecção de corte de cabo de forma segmentada;

1.11.9.1.9. Suportar teste periódico programado em horas ou agendado por horário;

1.11.9.1.10. Capacidade de memória (Buffer) para no mínimo os últimos 256 eventos;

1.11.9.1.11. Suportar comunicação por GPRS nativo ou com modulo externo;

1.11.9.1.12. Suportar 02 SIM cards;

1.11.9.1.13. Possuir no mínimo 02 PGM na placa;

1.11.9.1.14. Deverá ser fornecida com ou sem gabinete para proteção, instalação e fixação adequada da central de alarme na parede.

1.11.9.1.15. Deverá ser fornecido módulos de expansão em quantidade necessária para conexão de apenas um sensor por zona ou setor. Não será admitido ligação de sensores e série.



1.11.10. TECLADO REMOTO

- 1.11.10.1. Teclado remoto LCD para controle de acesso por meio de senha pessoal de arme e desarme do sistema;
- 1.11.10.2. Permitir visualização dos status de todas as zonas e/ou partições;
- 1.11.10.3. Sensor Infravermelho Passivo (área interna)
- 1.11.10.4. Cobertura mínima de 12 (doze) metros de alcance;
- 1.11.10.5. Cobertura mínima de 80° (oitenta) graus; Possuir infravermelho pir quad;
- 1.11.10.6. Possuir compensação de temperatura;
- 1.11.10.7. Possuir imunidade a rádio frequência (RFI);
- 1.11.10.8. Possuir imunidade eletromagnética (EMI);
- 1.11.10.9. Possuir imunidade a pequenos animais, no mínimo de 20Kg;
- 1.11.10.10. Possuir ajuste de sensibilidade.

1.11.11. SENSOR INFRAVERMELHO + MICRO-ONDAS

- 1.11.11.1. Cobertura máxima de 12 metros de alcance;
- 1.11.11.2. Cobertura mínima de 90° (noventa) graus;
- 1.11.11.3. Possuir detecção de movimento DUAL TEC;
- 1.11.11.4. Sensor operar somente no modo pir;
- 1.11.11.5. Possuir imunidade a pequenos animais, no mínimo 20Kg;
- 1.11.11.6. Possuir ajuste de sensibilidade Micro-ondas;
- 1.11.11.7. Possuir imunidade RFI;
- 1.11.11.8. Possuir frequência micro-ondas 10.525 GHz.

1.11.12. SIRENE

- 1.11.12.1. Piezoelétricas;
- 1.11.12.2. Sirene com potência mínima de 100 (cem) dB;
- 1.11.12.3. Tipo corneta bitonal;
- 1.11.12.4. Alimentação de 12V DC.

1.11.13 BATERIA

- 1.11.13.1. Bateria selada;
- 1.11.13.2. Amperagem: 7,2 Ah;
- 1.11.13.3. Voltagem: 12V;
- 1.11.13.4. Mínimo 24 (vinte e quatro) horas de funcionamento sem ativação. Mínimo 6 (seis) horas com sirenes ativadas.

1.11.14. TRANSFORMADOR



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

- 1.11.14.1. Transformador 110 / 220V entrada e 16,5V de saída, mínimo de 1,5ª;
- 1.11.14.2. Elaboração de “as built” de todo o Sistema instalado (CFTV, sensor de porta e pontos de sensores de alarme).
- 1.11.14.3. Deverá a CONTRATADA elaborar o “As Built” de todo o sistema implantado identificando os pontos das câmeras, pontos dos sensores de alarme rack.
- 1.11.14.4. Caberá a CONTRATADA entregar o projeto eletrológico devidamente com os sistemas indicados, com legendas específicas e localizados na planta da referida Administração/Secretaria.
- 1.11.14.5. Deverá apresentar uma cópia em meio digital e formato aberto e pelo menos duas cópias no formato papel, uma para a equipe de execução e outro para a equipe de fiscalização do contrato.

1.12. RESULTADOS ESPERADOS COM A AQUISIÇÃO DO OBJETO DESTES TERMO DE REFERÊNCIA

- 1.12.1. Economia para os cofres públicos, baixando os valores de referência;
- 1.12.2. Utilização sustentável dos recursos financeiros deste Município, alocando somente o necessário para cada serviço;
- 1.12.3. Prestação de serviços e equipamentos de boa qualidade;
- 1.12.4. Aumentar a segurança e o controle das instalações públicas municipais;
- 1.12.5. Reduzir riscos de danos ao patrimônio público;
- 1.12.6. Melhorar as condições de trabalho e tranquilidade dos servidores;
- 1.12.7. Garantir resposta rápida em casos de incidentes;
- 1.12.8. Promover maior confiabilidade e transparência na gestão patrimonial e operacional das unidades.

1.13. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.13.1. O procedimento licitatório a ser adotado obedecerá, integralmente, ao que estabelece a **Lei Federal Nº 14.133/2021 e o Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024**, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO, e respectivas e posteriores alterações e todas as demais normas e legislação vigente e aplicáveis ao presente instrumento.

II – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.1. A licitação para a contratação do objeto deste Termo de Referência, será processada na modalidade **Pregão Eletrônico, sob Registro de Preço**, com a adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço Por Lote Único**.

2.2. A licitação será por lote único, em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente à falta de padronização e uniformização. O critério de



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

julgamento será o **menor preço por lote**, observadas as exigências no Edital e Anexos quanto às especificações do objeto.

De acordo com disposto na Lei 14.133/2021, pode-se justificar a adoção por lote único com fundamentação nos seguintes aspectos, obedecendo o Art. 40:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:
I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

1) Economia de Escala: Consolidar todos os itens em um único lote pode proporcionar economia de escala na aquisição de bens ou serviços. Isso pode resultar em preços mais competitivos e melhores condições comerciais junto aos fornecedores. **2) Simplificação do Processo:** Reduzir o número de lotes simplifica o processo de licitação, tanto para os órgãos públicos quanto para os licitantes. Isso pode resultar em uma redução do tempo e dos recursos necessários para conduzir a licitação.

3) Facilidade de Gestão: Gerenciar um único contrato é mais simples e requer menos esforço administrativo do que gerenciar vários contratos separados. Isso pode facilitar a gestão do contrato ao longo do tempo e reduzir a carga de trabalho para os responsáveis pela administração do contrato.

4) Integração e Compatibilidade: Ao agrupar diferentes itens em um único lote, é possível garantir uma maior integração e compatibilidade entre eles. Isso é especialmente importante em projetos complexos que envolvem múltiplos componentes ou sistemas que precisam funcionar em conjunto.

5) Redução de Riscos: Consolidar os itens em um único lote pode reduzir os riscos associados à coordenação e integração de diferentes fornecedores e contratos. Isso pode ajudar a evitar atrasos, conflitos e problemas de qualidade que podem surgir quando vários fornecedores estão envolvidos.

2.3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.3.1. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços a ser firmada mediante a realização do **Pregão Eletrônico**, oriundo deste Termo de Referência, será a Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO.

2.4. SÃO ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS A SER FIRMADA MEDIANTE O REFERIDO PREGÃO:

2.4.1. Fundo Municipal de Assistência Social;

2.4.2. Fundo Municipal de Educação;

2.4.3. Fundo Municipal de Saúde.



2.5. DA JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

2.5.1. O Sistema Registro de Preços utilizado para a presente aquisição está fundamentado nos **artigos 82 a 86 da Lei Nº 14.133/2021 e Seção I – Do Sistema de Registro de Preços - dos Procedimentos Auxiliares do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO**, considerando a celeridade da contratação, haja vista que se têm preços registrados; o atendimento de demandas imprevisíveis, a possibilidade da participação de pequenas e médias empresas em virtude da entrega ou fornecimento do bem ou serviço registrado ocorrer de forma parcelada.

2.5.2. A escolha pelo **Sistema de Registro de Preços** se justifica por permitir à Administração contratar os serviços de forma gradativa e conforme a demanda efetiva, evitando a imobilização de recursos financeiros em contratações imediatas de grande volume e prevenindo o risco de aquisição superior à real necessidade do Município.

2.5.3. Portanto, a adoção do **Sistema de Registro de Preços** é a modalidade mais vantajosa para a Administração, por permitir Maior flexibilidade e economicidade na contratação; Eficiência na gestão orçamentária, com contratações apenas quando houver necessidade; Racionalização dos processos licitatórios, evitando repetições de certames de mesmo objeto; Padronização técnica dos serviços e equipamentos a serem utilizados pelas diversas unidades administrativas; Transparência e competitividade, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa.

2.6 DAS DEFINIÇÕES IMPORTANTES

2.6.1. **Sistema de Registro de Preços** – conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

2.6.2. **Ata de Registro de Preço – ARP** – documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no Instrumento Convocatório e propostas apresentadas.

2.6.3. **Órgão Gerenciador** – órgão ou entidade da administração pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

2.6.4. **Órgão participante** – órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a Ata de Registro de preços.

2.6.5. **Órgão Não Participante** – órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de Registro de Preço.

2.6.6. **“Cota Principal”** – corresponde à porcentagem remanescente do quantitativo total posterior à retirada do percentual referente à cota reservada do item/objeto a ser licitado. Esta cota/item está aberta para a participação de todos os interessados que militem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, inclusive as licitantes enquadradas conforme a Lei Complementar nº123/2006.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

2.6.7. **“Cota Reservada”** – quantitativo correspondente de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total do item/objeto a ser licitado. Esta cota/item é reservada para a participação apenas das licitantes que se enquadrem como Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, sem prejuízo da sua participação quanto a cota principal, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar.

2.6.8. O **Órgão Gerenciador** e o **Órgão Participante** não estão obrigados a adquirir as quantidades total ou parcial do objeto adjudicado constante neste Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços a ser firmada, vez que, as quantidades lá contidas são estimativas de consumo.

2.7. DA JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO DO JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.7.1. Quanto à **adjudicação da contratação**, esta será realizada por **lote único** ao licitante que apresentar a **proposta mais vantajosa**, conforme o resultado do julgamento, atendendo integralmente aos requisitos e especificações do Termo de Referência e às condições estabelecidas no edital, em conformidade a **Lei nº 14.133/2021**.

2.7.2. A adjudicação por lote único assegura maior coerência técnica e operacional, além de conferir **maior eficiência e responsabilidade contratual**, uma vez que o mesmo fornecedor será responsável por todas as etapas da execução — desde o fornecimento e instalação até o monitoramento e manutenção do sistema, garantindo a funcionalidade plena e a continuidade dos serviços.

2.7.3. Dessa forma, o critério de julgamento por **menor preço por lote único e a adjudicação correspondente** encontram-se plenamente justificados e em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, previstos nos **arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021**, atendendo de forma adequada e segura ao interesse público.

2.8. JUSTIFICATIVA PARA NÃO ACEITAÇÃO DE EMPRESAS EM FORMA DE CONSÓRCIO

2.8.1. Não será permitida a participação de interessadas constituídas sob a forma de consórcio. A vedação se justifica na medida em que nas contratações de serviços por meio de pregão é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, as quais, em sua maioria, apresentam os requisitos mínimos exigidos no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza. Só é recomendável a autorização para a participação de empresas reunidas em consórcio quando essa medida resultar na ampliação da competição, o que geralmente ocorre quando o objeto a ser licitado apresenta elevado valor ou complexidade e elevado valor.

2.8.2. Conforme pode ser verificado com a análise dos antecedentes de tribunais de contas e de decisões judiciais, bem como na doutrina jurídica, a participação em consórcio deve ser restrita aos casos concretos em que não se restrinja a competição ou que a amplie.

2.9. DA SUBCONTRATAÇÃO

2.9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins - Anexo I, situado na Rua 23 – Nº1445
Setor Aeroporto - CEP 77.760-000
Colinas do Tocantins/TO.

**Justiça Social com
transparência e eficiência**



2.9.2. A não subcontratação do serviço de locação, instalação e monitoramento de sistema de CFTV/Alarme é justificada pela necessidade de garantir a integridade da segurança física, a qualificação técnica especializada e a responsabilidade única da contratada (art. 67, § 2º da Lei 14.133/2021). A terceirização comprometeria a confidencialidade e a manutenção corretiva/preventiva, essenciais ao sistema em comodato, além de evitar a intermediação (mera corretagem), assegurando que o licitante vencedor execute diretamente a instalação e o monitoramento, garantindo a pronta resposta técnica e conformidade com este Termo de Referência e com o Edital.

2.9.3. Como os equipamentos de segurança e monitoramento envolvem áreas sensíveis, a subcontratação de terceiros (técnicos ou empresas) para instalação e monitoramento pode colocar em risco o sigilo das informações e o acesso às imagens. A empresa contratada deve ser diretamente responsável por toda a infraestrutura e recursos humanos, conforme normas de segurança.

2.9.4. Tratando-se de regime de comodato (locação), a responsabilidade pela instalação, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos é intrínseca à contratada. A subcontratação poderia diluir essa responsabilidade, gerando morosidade na manutenção e, conseqüentemente, falhas na segurança.

2.9.5. A montagem de CFTV e alarme de porta exige expertise técnica. A subcontratação impede a fiscalização direta do licitante que comprovou sua experiência na fase de habilitação.

2.9.6. A contratação visa o serviço especializado e não a mera intermediação ou locação de mão de obra por uma terceira empresa, prática proibida que desnatura a licitação.

2.9.7. Portanto, a exigência de que o objeto seja executado diretamente pela contratada é fundamental para assegurar a eficiência, a segurança física e a qualidade do monitoramento. .

2.10. Do Tratamento Diferenciado para Microempresa, Empresas de Pequeno Porte

2.10.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art.16 da Lei Nº14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Nº123, de 2006 e do Decreto Nº8.538 de 2015.

2.10.2. Qualquer empresa, que se enquadra ou não como microempresa ou empresa pequeno, poderá apresentar proposta para o **LOTE**, constante neste Termo de Referência.

III – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. A CONTRATAÇÃO PRETENDIDA DEVERÁ OBSERVAR OS SEGUINTE REQUISITOS:

3.1.1. As licitantes deverão atender aos requisitos exigidos no Edital e neste Termo de Referência, no que refere as especificações do objeto, tendo como obrigações principais, que o item ofertado atenda todas as exigências de especificação, critérios de sustentabilidade, atendendo as normativas, que couber.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

3.1.2. Para fornecimento dos serviços e equipamentos solicitados, a interessada deverá ser comprovadamente pessoa jurídica atuante no ramo das atividades que sejam objeto desta licitação, bem como apresentação dos documentos previstos no art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

3.1.3. A prestação de serviços será mediante demanda, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Administração, e Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação.

3.1.4. As licitantes deverão assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços e equipamentos que serão entregues.

3.1.5. As licitantes deverão fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição a de qualquer natureza.

3.1.6. As licitantes deverão repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

3.1.7. Ficará sob a responsabilidade da empresa contratada a entrega, instalação e montagem dos equipamentos, bem como o fornecimento de toda a infraestrutura necessária para o pleno funcionamento do sistema de Alarme e CFTV, em regime de comodato. É vedado à contratada fornecer equipamentos ou executar serviços em quantidade, qualidade ou especificações técnicas diversas das previstas neste Termo de Referência, devendo assegurar a conformidade integral com as exigências contratuais e técnicas estabelecidas.

3.1.8. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços e equipamentos.

3.1.9. Requisitos Técnicos e Operacionais:

- a) Disponibilizar equipamentos novos, modernos e em perfeitas condições de funcionamento, compatíveis com as normas técnicas aplicáveis;
- b) Assegurar a instalação, configuração, calibração e testes de funcionamento de todos os componentes do sistema;
- c) Garantir a conectividade e o pleno funcionamento entre os dispositivos de alarme, sensores e câmeras de CFTV;
- d) Disponibilizar suporte técnico especializado e equipe qualificada para manutenção e monitoramento dos sistemas;
- e) Fornecer todos os materiais, acessórios, cabos, fontes, conectores e demais insumos necessários à execução do serviço;
- f) Realizar visitas técnicas e inspeções periódicas, conforme cronograma acordado com a Administração;



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

g) Apresentar laudo técnico e relatórios de monitoramento sempre que solicitado pela Administração.

3.1.10. Requisitos Administrativos e Legais:

- a) Cumprir as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade;
- b) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase licitatória;
- c) Observar todas as normas de segurança, sigilo e integridade das informações captadas e armazenadas pelo sistema;
- d) Atender integralmente às cláusulas e especificações técnicas constantes do Termo de Referência e do futuro contrato;
- e) Garantir a rastreabilidade e integridade das gravações de vídeo, assegurando meios de auditoria e verificação de acesso.

3.1.11. Requisitos de Desempenho e Qualidade:

- a) O sistema deverá operar de forma contínua e segura, com garantia de disponibilidade mínima de 98%;
- b) As imagens deverão apresentar qualidade suficiente para identificação de pessoas, veículos e situações de risco;
- c) O serviço de monitoramento deverá ser ininterrupto, com tempo máximo de resposta a falhas de até 24 horas;
- d) Todos os equipamentos deverão possuir certificação de conformidade junto aos órgãos competentes (INMETRO, ANATEL ou equivalentes).

3.1.12. A Contratada deverá realizar a entrega, instalação e montagem dos equipamentos, bem como a implementação completa do sistema de Alarme e CFTV em regime de comodato, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço e Nota de Empenho.

3.1.13. Deverá proceder à instalação dos equipamentos e à ativação do sistema de Alarme e CFTV nas unidades indicadas pela Secretaria demandante, conforme cronograma e locais definidos pela Administração Municipal, garantindo o pleno funcionamento, o monitoramento e a gravação das imagens; sob acompanhamento do servidor designado pela Administração Municipal, responsável pelo recebimento, conferência técnica e atesto das notas fiscais.

3.1.14. O prazo de execução poderá ser prorrogado, por igual período, mediante justificativa formal apresentada pela Contratada e devidamente aceita pela Contratante.

3.1.15. Assegurar o sigilo, a privacidade e a proteção de dados pessoais eventualmente captados pelos sistemas de CFTV e alarme, conforme os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD).

3.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

- 3.2.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais, quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento a Instrução Normativa N°001, 22 de novembro de 2021 de Colinas do Tocantins/TO, a Administração poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando couber.
- 3.2.2. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia e outros recursos naturais;
- 3.2.3. Minimização da geração de resíduos e destinação final ambiente adequada dos que forem gerados;
- 3.2.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 3.2.5. Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- 3.2.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais
- 3.2.7. Utilização de produtos com origem ambiental sustentável comprovada;
- 3.2.8. Utilização de produtos reciclados, reutilizáveis, reaproveitáveis, biodegradáveis e comportáveis;
- 3.2.9. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;
- 3.2.10. Adotar normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequada;
- 3.2.11. Utilizar equipamentos e componentes que possuam eficiência energética comprovada, com certificação de conformidade junto ao INMETRO ou outro órgão competente;
- 3.2.12. Destinar de forma ambientalmente adequada os resíduos provenientes da instalação, manutenção ou substituição de equipamentos, conforme as normas do CONAMA e legislação ambiental vigente;
- 3.2.13. Reduzir o consumo de energia elétrica dos sistemas de alarme e CFTV, por meio de tecnologias de baixo consumo e fontes de alimentação com eficiência energética;
- 3.2.14. Garantir que o descarte de equipamentos eletrônicos e baterias seja realizado por meio de empresas licenciadas, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
- 3.2.15. Adotar soluções tecnológicas atualizadas e escaláveis, que permitam a expansão do sistema sem necessidade de substituição completa dos equipamentos;
- 3.2.16. Assegurar o menor custo de manutenção possível ao longo do contrato, mediante equipamentos de maior durabilidade e confiabilidade técnica;
- 3.2.17. Cumprir integralmente a legislação trabalhista e previdenciária, garantindo condições dignas de trabalho aos colaboradores envolvidos na execução contratual;
- 3.2.18. Promover a capacitação e qualificação da mão de obra utilizada na instalação e manutenção dos sistemas;



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

3.2.19. Assegurar o sigilo, a privacidade e a proteção de dados pessoais eventualmente captados pelos sistemas de CFTV e alarme, conforme os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD).

3.2.20. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar comprovação documental das práticas sustentáveis adotadas, bem como relatórios de destinação de resíduos e certificados de conformidade ambiental dos equipamentos utilizados, como condição para manutenção do contrato e liberação de pagamentos.

3.3. SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.3.1. CAPACIDADE TÉCNICA

3.3.1.1. No mínimo, **01 (um) atestado/declaração de capacidade técnica**, compatível com o objeto deste Termo de Referência, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante executou o fornecimento de modo satisfatório de objeto com características correspondentes ou similar ao do presente Termo.

3.3.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

3.3.1.3. O licitante disponibilizará quando lhe for solicitado todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

3.4. JUSTIFICATIVA DA CAPACIDADE TÉCNICA A SER EXIGIDA DO FORNECEDOR

3.4.1. A capacidade técnica exigida do fornecedor tem como objetivo atestar, que a licitante participante do certame tem experiência em executar os serviços de forma satisfatória e que já executou objeto compatível em características e quantidades com àquele a ser contratado. Tendo como finalidade atestar e avaliar se os licitantes possuem conhecimento e experiência necessária e suficiente para a perfeita execução do objeto a ser contratado, de forma a resguardar o interesse da Administração Pública.

3.5. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.5.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

3.5.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **Pregão, sob a Forma Eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço Por Lote Único**.

3.5.1.2. Para o fornecimento dos serviços e equipamentos solicitados, a interessada deverá ser **comprovadamente pessoa jurídica atuante no ramo das atividades** que sejam objeto desta licitação, bem como apresentação dos documentos no que couber, previstos no **art. 62 ao art. 70, da Lei nº 14.133/2022, conforme discriminados no Edital**.

IV – FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS



4.1. FORMALIZAÇÃO

4.1.1. O instrumento que formalizará a relação entre a Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação de Colinas do Tocantins/TO e a que prestará os serviços objeto deste Termo de Referência, será a **Ata de Registro de Preços**, documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no Instrumento Convocatório, no aviso e nas propostas apresentadas.

4.2. DA VIGÊNCIA (VALIDADE) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia último subsequente à data de divulgação no PNCP e sua publicação no Diário Oficial do Município de Colinas do Tocantins/TO, podendo ser **prorrogada por igual período**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 35 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO e do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

4.2.2. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.2.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2.4. A contratação com os fornecedores registrados na Ata de Registro de Preço, será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de Instrumento Contratual, emissão de Nota de Empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.5. O Instrumento Contratual de que trata o item 4.2.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.2.6. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, observado o disposto no Anexo VII do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.

4.2.7. O pedido de prorrogação de prazo para realização dos serviços somente será conhecido pelo Município de Colinas do Tocantins/TO, caso o mesmo, seja devidamente fundamentado e entregue no Departamento de Compras e Orçamento ou enviado via e-mail: compras@colinas.to.gov.br, antes de expirar o prazo inicialmente estabelecido.

4.3. DAS ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.3.1. Os preços registrados, poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual aumento superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, observando o disposto nos parágrafos **1º, 2º, 3º e 4º do art. 41 c/c parágrafos 1º, 2º, 3º e**



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

4º do art. 42 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.

4.3.2. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.3.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

V – DO REGIME DE EXECUÇÃO: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DO LOCAL DE INSTALAÇÃO, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1.1. O objeto será solicitado, conforme a necessidade da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação de Colinas do Tocantins, após a assinatura do Instrumento Contratual, através da requisição/solicitação de compras/serviços devidamente assinada, com identificação respectivo servidor público municipal competente.

5.2. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.2.1. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue parceladamente pela contratada. Quando solicitado à empresa deverá atender imediatamente, mediante autorização/ requisição do setor competente da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação de Colinas do Tocantins, sendo que a solicitação poderá ser feita, em qualquer dia da semana, devendo ser entregue, no local previamente indicado na autorização/requisição.

5.2.2. Deverá proceder à instalação dos equipamentos e à ativação do sistema de Alarme e CFTV nas unidades indicadas pela Secretaria demandante, conforme cronograma e locais definidos pela Administração Municipal, garantindo o pleno funcionamento, o monitoramento e a gravação das imagens; sob acompanhamento do servidor designado pela Administração Municipal, responsável pelo recebimento, conferência técnica e atesto das notas fiscais.

5.2.3. A Contratada estará sujeita à fiscalização dos serviços e equipamentos no momento da entrega, instalação e durante toda a vigência contratual, reservando-se à Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins e aos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação, por meio dos servidores responsáveis designados, o direito de recusar o recebimento dos serviços ou equipamentos que não atendam às especificações técnicas, aos padrões de qualidade exigidos ou que apresentem condições inadequadas de funcionamento.

5.2.4. Caso os serviços ou equipamentos sejam entregues em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos ou demais requisitos estabelecidos pela Administração Municipal, a Contratada deverá proceder à imediata substituição ou complementação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da notificação formal da Contratante, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.2.5. O Município de Colinas do Tocantins não se obriga a contratar a totalidade dos serviços descritos neste Termo de Referência, podendo adquiri-los de forma parcial, conforme a necessidade e conveniência da Administração Municipal e dos Fundos



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação, não cabendo à Contratada qualquer direito à indenização ou ressarcimento em razão dessa opção.

5.2.6. O fornecimento dar-se-á sob o regime de comodato, mediante locação de equipamentos novos, compatíveis com as especificações técnicas e em perfeitas condições de funcionamento;

5.2.7. A instalação, montagem, configuração e testes dos sistemas deverão ser executados pela contratada em todas as unidades indicadas, observando o cronograma estabelecido pela Administração;

5.2.8. O monitoramento e a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas deverão ser prestados de forma contínua durante a vigência contratual, garantindo pleno funcionamento dos equipamentos.

5.2.9. Quaisquer divergências entre os serviços ou equipamentos entregues e as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, seja quanto à qualidade, quantidade ou valores, ensejarão a devolução imediata dos itens ou a rejeição dos serviços, sem que caiba à Contratada qualquer direito à indenização, ainda que o vício seja identificado após o recebimento provisório. Nesses casos, serão aplicadas as sanções administrativas cabíveis, conforme a legislação vigente e as disposições contratuais.

5.2.10. A empresa contratada do certame obriga-se a fornecer o objeto a que se refere este Termo de Referência de acordo estritamente com as especificações descritas neste, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações.

5.3. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

5.3.1. Todos os equipamentos deverão ser entregues, instalados e estarem em perfeito funcionamento em até 20 (vinte) dias corridos, a partir do recebimento da solicitação/requisição ou nota de empenho, devidamente assinada, com identificação do servidor municipal competente, acompanhada da nota fiscal emitida referente ao objeto, devendo esta ser conferida e atestada por servidor competente.

5.3.2. A execução ocorrerá nas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO e nos Fundos Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde, conforme endereços e quantidades definidos neste Termo de Referência, nas ordens de serviço e de acordo com cronograma da Administração Municipal.

5.3.3. A contratada deverá garantir a logística de entrega, instalação e suporte técnico em todos os locais indicados.

5.4. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.4.1. **O recebimento provisório** ocorrerá mediante a entrega, instalação e montagem dos equipamentos, acompanhado de termo circunstanciado ou documento equivalente, assinado pelo servidor designado pela Administração Municipal, para fins de verificação da conformidade dos serviços e equipamentos com as especificações deste Termo de Referência.

5.4.2. **O recebimento definitivo** será realizado após a verificação do pleno funcionamento do sistema de Alarme e CFTV, incluindo o monitoramento e a gravação das imagens, bem



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

como a constatação do atendimento integral às condições contratuais, mediante atesto do servidor responsável.

5.4.3. Caso os serviços ou equipamentos sejam entregues em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos ou demais requisitos estabelecidos pela Administração Municipal, a Contratada deverá proceder à imediata substituição ou complementação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da notificação formal, sem ônus adicional para a Contratante.

5.4.4. Quaisquer divergências entre o objeto entregue e as especificações deste Termo de Referência, quanto à qualidade, quantidade ou valores, implicarão na devolução dos itens ou rejeição dos serviços, sem direito a indenização, ainda que o vício seja constatado após o recebimento provisório, aplicando-se as sanções cabíveis.

5.4.5. A empresa contratada obriga-se a fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição imediata de quaisquer equipamentos ou componentes que não atendam às exigências da Administração.

5.4.6. O Município de Colinas do Tocantins e os Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação reservam-se o direito de recusar o recebimento dos serviços ou equipamentos que não apresentem condições satisfatórias, qualidade compatível ou funcionamento adequado.

5.4.7. No recebimento e aceitação dos serviços serão observadas, no que couber, as disposições contidas no inciso I, alíneas “a” e “b” do art. 57 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.

5.4.8. O Recebimento Provisório e Definitivo dos serviços, deverão ser realizados em conformidades com o previsto no inciso I c/c alíneas “a”, “b” e “c” do inciso II do art. 58 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.

5.4.9. O atraso injustificado na entrega, instalação ou ativação dos equipamentos e serviços implicará na aplicação de penalidades à Contratada, podendo ensejar advertência, multa ou rescisão unilateral do contrato, caso não seja regularizada a pendência. O prazo máximo para regularização será de 15 (quinze) dias, contados a partir da comunicação formal realizada pela Administração Municipal por meio do Fiscal do Contrato.

5.4.10. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

VI – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

6.1. DA FISCALIZAÇÃO

6.1.1. A prestação dos serviços e o cumprimento do disposto neste instrumento será fiscalizado pela CONTRATANTE, por intermédio da **Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde**, através das servidoras, **Mayla**



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

Lorena Moreira Silva/Portaria nº399/2025 e através da servidora **Deuslene de Paula Raposo**, designado através da Portaria Nº589, de 23 de setembro de 2024, designadas em conformidade com o **art. 15 do Anexo VIII - Agentes Públicos do Decreto Nº 07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO**, que acompanhará a execução dos serviços, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega dos mesmos, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

6.1.1.1. A entrega dos serviços e o cumprimento do disposto neste instrumento será fiscalizado pela CONTRATANTE, por intermédio da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, de Educação e Saúde, através de servidor, o qual será indicado ou designado em conformidade com o art. 15 do Anexo VIII – Agentes Públicos do Decreto Nº 07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO, que acompanhará a entrega dos serviços, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega dos mesmos, notificando à Contratada a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

6.1.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o CONTRATANTE e o Fiscal do Instrumento Contratual, além das competências constante no art. 12 do Anexo VI – Gestão e Fiscalização de Contratos e das competências constantes no art. 17 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto Nº 07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO, que tenham compatibilidade com o objeto deste Termo de Referência, cabe ainda ao Fiscal do Instrumento Contratual, as seguintes atribuições:

- a) Receber os serviços, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta, principalmente quanto aos equipamentos fornecidos;
- b) Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços e equipamentos fornecidos em desacordo com as especificações exigidas;
- c) Comunicar oficialmente à Contratada quanto à rejeição dos serviços e equipamentos;
- d) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre os serviços e equipamentos entregues ao qual foram solicitados;
- e) Exigir da Contratada o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- f) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela Contratada, de condições previstas neste Termo de Referência;
- g) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à Contratada, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste Termo de Referência;
- h) Solicitar a aplicação, nos termos deste Termo de Referência, de multa(s) à Contratada;
- i) Fiscalizar a execução do Instrumento Contratual para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato;



j) Realizar o recebimento provisório do objeto do Instrumento Contratual, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.

k) Atestar formalmente a execução do objeto do Instrumento Contratual, atestar as notas fiscais e as faturas, para fins de pagamento.

l) Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços fornecidos pela Contratada.

m) Competirá ao Fiscal de Contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Instrumento Contratual e de tudo dará ciência a Administração, de acordo com as condições constantes neste, observando-se no que couber ao fiscal, as obrigações elencadas neste Termo de Referência, bem como as disposições constantes no art. 12 do Anexo VI – Gestão e Fiscalização de Contratos e das competências constantes no art. 17 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto Nº 07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.

6.1.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de equipamentos inadequado de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº14.133/2021.

6.1.4. A fiscalização não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, a responsabilidade da Contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização da Prefeitura Municipal e pelos Fundos Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde de Colinas do Tocantins/TO.

6.1.5. A comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros acerca da aquisição do objeto.

6.1.6. A aceitação dos serviços e equipamentos estará condicionada à devida fiscalização pelos técnicos designados pela Administração Municipal. Não serão aceitos equipamentos ou componentes cujas condições de transporte, armazenamento ou instalação não atendam aos padrões de qualidade, segurança e conformidade estabelecidos neste Termo de Referência.

6.1.7. O Gerente de contrato ou pessoa designada pela Prefeitura Municipal e pelos Fundos Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde de Colinas do Tocantins/TO, deverá manter permanente fiscalização na empresa contratada para fins de acompanhamento e controle da execução do fornecimento dos serviços contratados agindo de forma proativa e preventiva, requerendo se necessário parecer de auditoria independente, sempre que houver indícios de desvios dos objetivos, não eximindo a contratada de sua plena responsabilidade de culpa ou dolo na execução dos serviços.

6.1.8. Conforme preconiza o artigo 115 da Lei nº 14.133/21, o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



6.2. DA GESTÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

6.2.1. A gestão do Instrumento Contratual será realizada pela Gestora de Contrato da Administração Municipal, através da servidora Jordânia Alves de Sousa Rodrigues, designada através da Portaria Nº31, de 02 de janeiro de 2025, a fim de exercer as funções de Gestão de Contrato, conforme segue:

6.2.2. A Gestora do Instrumento Contratual coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do Instrumento Contratual, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais (**inciso IV do art. 16 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO**).

6.2.3. As comunicações e determinações do Gestor do Instrumento Contratual à contratada serão feitas por escrito, admitindo-se, em caráter excepcional, comunicação verbal que deverá ser reduzida a termo

6.2.4. A Gestora do Instrumento Contratual acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (**inciso III do art. 16 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO**).

6.2.5. A Gestora do Instrumento Contratual acompanhará os registros realizados pelos fiscais do Instrumento Contratual ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do Instrumento Contratual e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (**inciso II do art. 16 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO**).

6.2.6. A Gestora do Instrumento Contratual realizará o **recebimento definitivo do objeto** do Instrumento Contratual, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (**inciso VI do art. 16 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO**).

6.2.7 A Gestora do Instrumento Contratual tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o **art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (inciso VIII do art. 16 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO)**.

6.2.8. Competirá a Gestora do Instrumento Contratual, observar no que couber, as competências elencadas no **art. 12 do Anexo VI – Gestão e Fiscalização de Contratos e das competências constantes no art. 17 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos**



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

anexos do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.

VII – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento são obrigações das partes:

7.1.1. DO (S) FORNECEDOR (ES) BENEFICIÁRIO (S) DA ARP:

7.1.1.1 Entregar o objeto de acordo com as especificações, quantidades, dentro do prazo e local estabelecidos neste Termo de Referência.

7.1.1.2 É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do Instrumento Contratual Ata de Registro de Preço ou outro Instrumento Contratual equivalente, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

7.1.1.3. Carregar e disponibilizar o(s) material (s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

7.1.1.4. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do Instrumento Contratual, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas.

7.1.1.5. Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

7.1.1.6. Cumprir rigorosamente com as Normas, na fabricação dos equipamentos, responsabilizando-se por quaisquer acidentes ocorridos com seus empregados, acerca de quaisquer direitos que as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem para o exercício de suas atividades profissionais, não tendo a Contratante qualquer vinculação trabalhista com os mesmos.

7.1.1.7. Fornecer os serviços e equipamentos em estrita conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.

7.1.1.8. Responsabilizar-se pela entrega e qualidade dos serviços e equipamentos, que devem estar em conformidade com as normas ambientais, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros no exercício de suas atividades, vier direta ou indiretamente, causar ou provocar a contratante e a terceiros.

7.1.1.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes –, decorrentes do fornecimento dos serviços e equipamentos, sem qualquer ônus para a Administração Municipal de Colinas do Tocantins/TO.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

7.1.1.10. Comunicar, imediatamente e por escrito, a Administração Municipal, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

7.1.1.11. Garantir a qualidade dos serviços e equipamentos fornecidos, de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, ficando a contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, os produtos contratados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

7.1.1.12. Comunicar a Contratante, imediatamente, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto deste Termo de Referência.

7.1.1.13. Responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Colinas do Tocantins/TO, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

7.1.1.14. Executar diretamente nos termos da Legislação pertinente, os trabalhos necessários a execução do objeto de que trata esse Termo de Referência, observando sempre critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos.

7.1.1.15. Fornecer aos seus funcionários equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletivos de segurança do trabalho, respeitando as normas inerentes a Segurança do Trabalho.

7.1.1.16. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas de habilitação e qualificação, durante todo o período do Instrumento Contratual resultante deste serviço.

7.1.1.17. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE.

7.1.1.18. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do Instrumento Contratual.

7.1.1.19. Responder, direta ou indiretamente, por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa.

7.1.1.20. Responsabilizar-se pelas obrigações trabalhistas ou previdenciárias, decorrentes da relação empregatícia entre ela e seus prepostos e empregados que forem designados para a execução do objeto contratado.

7.1.1.21. Será vedada a subcontratação de outra empresa ou o consórcio de empresas para o fornecimento dos serviços contratados.

7.1.1.22. Atender prontamente a quaisquer exigências da administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência.

7.1.1.23. Prover todos os meios necessários a garantir a plena operacionalidade da entrega dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

7.1.1.24. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à contratante,



imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

7.1.1.25. Manter, durante toda a execução do Instrumento Contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, sob pena de rescisão do contrato administrativo.

7.1.1.26. A não entrega do objeto estipulado neste Termo de Referência, incidirá nas sanções administrativas previstas nos art. 155 e 156 da Lei Nº14.133/2021.

7.1.1.27. Formalizar pedido de cancelamento dos preços registrados em decorrência de caso fortuito ou força maior ou se não houver êxito nas negociações, conforme previsto nas alíneas II e III do art. 29 do Decreto Nº11.462/2023, comprovando e justificando seu pedido.

7.1.1.28. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou objeto que possa advir, direta ou indiretamente causado ao Órgão Gerenciador/Órgão participante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou propostos.

7.1.1.29. Comunicar imediatamente e por escrito à Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

7.1.1.30. Comunicar ao Órgão Gerenciador da modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar inteirada eventuais notificações realizadas no endereço constante na ARP.

7.1.1.31. Comunicar ao servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ARP, por escrito e tão logo constatado, qualquer problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis e necessárias.

7.1.1.32. Consultar e certificar-se com antecedência junto ao (s) seu (s) fornecedor (es), quanto aos prazos de entrega do objeto especificado, não cabendo, portanto, a alegação de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

7.1.1.33. Optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de processo de Adesão à Ata de Registro de Preços, a ser firmada, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ARP, assumidas com o Órgão Gerenciador, observadas as condições nela estabelecidas.

7.1.1.34. **Fornecer, em regime de comodato, todos os equipamentos necessários para a instalação e operação do sistema de Alarme e CFTV**, incluindo sensores, câmaras, gravadores, infraestrutura de rede e demais componentes indicados, de forma completa e funcional, para utilização nas unidades da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins e demais órgãos solicitantes, sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

7.1.1.35. A Contratada deverá manter **serviços de atendimento emergencial 24 (vinte e quatro) horas por dia**, garantindo pronta resposta para qualquer falha, defeito ou necessidade de suporte nos equipamentos e sistemas fornecidos, sem interrupção do monitoramento e da operação dos sistemas de Alarme e CFTV.

7.1.2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP



7.1.2.1. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF; e

7.1.2.2. Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação da ARP por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do **art. 35 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO e do art. 84 da Lei nº 14.133/21.**

7.1.2.3. Remanejar os quantitativos da ARP, observado o disposto no art. 30 do Decreto Nº11.462/2023.

7.1.2.4. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de prestação de serviços;

7.1.2.5. Rejeitar os serviços que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes neste Termo de Referência;

7.1.2.6. Caberá a prática de todos os atos de controle e administração deste Registro de Preços;

7.1.2.7. Providenciar a assinatura e a publicação da ARP;

7.1.2.8. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, acompanhando, gerenciando e fiscalizando sua execução;

7.1.2.9. Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

7.1.2.10. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;

7.1.2.11. Arcar com as despesas de publicação do extrato da ARP; 7.1.2.12 Emitir requisição/solicitação do objeto solicitado para entrega; 7.1.2.13 Receber provisória e definitivamente o serviço e equipamentos solicitado e efetivamente entregue;

7.1.2.14. Atestar, através de servidor responsável, a (s) Nota (s) fiscal (is) emitidas pela Fornecedor;

7.1.2.15. Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedor/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da ARP;

7.1.2.16. Aplicar as Infrações e Sanções Administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

7.1.2.17. Notificar à Fornecedor/Detentora da retirada da Nota de Empenho ou outro documento hábil para formalização contratual dos quantitativos solicitados à medida que for necessário.

7.1.2.18. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os registrados na ARP, realizando periodicamente pesquisa de mercado demonstrando a atualidade dos valores praticados no mercado;



- 7.1.2.19. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercados;
- 7.1.2.20. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as Infrações e Sanções Administrativas decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 7.1.2.21. Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 7.1.2.22. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora da ARP deste que não haja impedimento legal para o ato;
- 7.1.2.23. Autorizar ou não a adesão de Órgãos não Participantes da ARP e consequentemente a aquisição ou contratação observado o prazo de validade da ARP.
- 7.1.2.24. Consultar a (s) detentora (s) da Ata de Registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os materiais a órgãos não participante (s) que externem a intenção de utilizar a ARP;
- 7.1.2.25. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, o gestor da ARP convocará o fornecedor para verificar a possibilidade de cumprir o compromisso.
- 7.1.2.26. Caso o fornecedor não tenha condições de cumprir os termos e condições da ARP, será liberado do compromisso, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.
- 7.1.2.27. O gestor da Ata de Registro de Preços (ARP) deverá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para igual verificação, quando o primeiro colocado não atender às condições e exigências estabelecidas, ou em caso de descumprimento contratual, impossibilidade de fornecimento, desclassificação, inexecução ou desistência, observando-se a ordem de classificação e as mesmas condições inicialmente registradas.
- 7.1.2.28. Caso a elevação dos preços no mercado tenha sido decorrente de fatos supervenientes e circunstâncias excepcionais devidamente comprovadas, poderá a Administração Municipal promover a alteração dos preços registrados na ARP, desde que observadas as seguintes condições:
- 7.1.2.28.1.. Trate o objeto da ARP de bem ou serviço imprescindível para a Administração;
- 7.1.2.28.2. Haja justificativa robusta e contextualizada da repercussão superveniente e relevante na cadeia de produção dos bens e serviços, afetando a formação de preços no mercado relevante;
- 7.1.2.28.3. Seja realizada pesquisa de preços demonstrando a atualidade dos valores praticados no mercado;
- 7.1.2.28.4. Haja concordância do fornecedor quanto aos novos preços.



7.1.2.28.5. Não havendo êxito nas negociações prevista neste artigo, a Administração Municipal deverá proceder o cancelamento da ARP, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.3. DO (S) ÓRGÃO (S) NÃO PARTICIPANTE (S)

7.1.3.1. Consultar o Órgão Gerenciador da ARP para manifestação sobre a possibilidade de adesão quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços.

7.1.3.2. Responsabilizar-se pela realização e arcar com as despesas de publicação do Termo de Adesão da ARP;

7.1.3.3. Identificar o objeto e o quantitativo que tem interesse em fazer adesão, **não excedendo a 50 % (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados na ARP**, para o Órgão Gerenciador. **(Art. 36 Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO e inciso I do art. 32 da Lei 14.770/2023 e art. 86, § 4º da Lei Nº14.133/2021)**

7.1.3.4. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços. **(inciso II do art. 32 do Decreto Nº11.462/2023).**

7.1.3.5. Efetivar a aquisição ou contratação solicitada em **até 90 (noventa) dias**, após a autorização do Órgão Gerenciador, prorrogável, excepcionalmente, por igual período, observado o prazo de vigência da ARP. **(§ 5º do art. 53 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO).**

7.1.3.6. Responsabilizar-se por atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador;

7.1.3.7. Observar o cumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.3.8. Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedor/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da ARP, e sobre multas, infrações e penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

7.1.3.9. Prestar à Detentora/Fornecedora todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preços;

7.1.3.10. Emitir requisição/solicitação do objeto solicitado para entrega;

7.1.3.11. Informar a Fornecedor/Detentora da retirada da Nota de Empenho ou outro Documento hábil para formalização contratual dos quantitativos solicitados à medida que for necessário;



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

7.1.3.12. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora da ARP desde que não haja impedimento legal para o ato.

VIII – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da **Lei nº 14.133, de 2021**, o Contratado que:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial deste Contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total deste contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar este Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.9. Praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei Nº12.846, de 1º de agosto de 2013**.

8.1.10. **Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência e no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 as seguintes sanções:**

8.1.10.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, §2º, da Lei 14.133/2021**);

8.1.10.2. **Multa:**

8.1.10.2.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela Administração, caracterizando inexecução contratual parcial ou falha grave na execução dos serviços, a **multa será de 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.1.10.2.2. **Moratória de 10% (dez por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

8.1.10.3. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. Da Lei Nº14.133/2021.

8.1.10.4. **Compensatório de 15% (quinze por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



8.1.10.5. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as infrações administrativas descritas acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº14.133/2021).

8.1.10.6. **Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar**, quando cometer fraude fiscal, fraude na execução contratual ou utilizar documentos falsos, declarações enganosas ou outros meios ilícitos com o objetivo de obter vantagem indevida, alterar o resultado da licitação ou induzir a Administração em erro; Praticar atos ilícitos com dolo ou má-fé, como fraude comprovada na execução do contrato, conluio, corrupção, fraude à licitação, oferecimento de vantagem indevida a agente público, ou qualquer conduta que comprometa a lisura e a moralidade administrativa, ou cause danos grave ao erário, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (**art. 156, §5º, da Lei Nº14.133/2021**).

8.2. NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO CONSIDERADOS:

8.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.2.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.2.5. Os atos previstos como infrações administrativas na **Lei Nº14.133, de 2021**, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na **Lei nº12.846, de 2013**, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei. (**art. 159 da Lei Nº14.133/2021**)

8.2.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (**art.160 da Lei Nº14.133/2021**)

8.2.7. A Contratante deverá, no **prazo máximo 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (**art.161 da Lei Nº14.133/2021**)

8.2.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do **art. 163 Lei Nº14.133/2021**.

8.2.9. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis** após o recebimento da notificação.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

8.2.10. A Administração Municipal de Colinas do Tocantins/TO, poderá efetuar a retenção de qualquer pagamento que for devido, para compensação das multas aplicadas, sendo que o valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE respondendo a CONTRATADA pela sua diferença, a qual deverá ser recolhida no prazo de **15 (quinze) dias corridos**, contados de sua notificação oficial quando ocorrer.

8.2.11. A critério da Administração Municipal poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela Contratada e aceito pela Contratante que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

IX – DAS CONDIÇÕES E DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento pela efetiva entrega dos serviços objeto deste Termo de Referência, será efetuado **até o 30º (trigésimo) dia**, à CONTRATADA, através da Administração Municipal, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se os **artigos 59 e 60 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO**).

9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente

9.4. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento dos serviços entregues.

9.5.. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços e equipamentos efetivamente entregues.

9.6. Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação de Colinas do Tocantins, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Serviço.

9.7. A Nota Fiscal emitida pela Contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do Nº do Processo, Nº da Pregão Eletrônico e Nº da Ata de Registro de Preço ou do Contrato, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

9.8. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro do processo de contratação.

9.9. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de certidões que comprovem a regularidade fiscal da CONTRATADA em âmbito Federal, Estadual e Municipal, Justiça do Trabalho, além da Certidão que comprovem regularidade de contribuições relativas ao FGTS.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

9.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.11. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

9.12. A Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação de Colinas do Tocantins/TO, poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

9.12.1. A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo Fiscal de Contrato.

9.12.2. Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA de indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação de Colinas do Tocantins/TO.

9.12.3. Débito da CONTRATADA para com a Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação de Colinas do Tocantins/TO., quer proveniente da execução do objeto deste Contrato, quer de obrigações de outros contratos.

9.12.4. Em qualquer das hipóteses previstas nos subitens acima, ou de infração os demais itens e obrigações estabelecidas neste Contrato.

9.13. Respeitadas as condições previstas neste Contrato, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação de Colinas do Tocantins/TO, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação INPC do mês anterior ao do pagamento "*pro rata tempore*", ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

9.14. Na hipótese de o pagamento não ocorrer dentro do prazo previsto neste Contrato e a contratada não ter concorrido para a perda do prazo, deverá ser priorizado, observada a ordem cronológica das datas das demais exigibilidades pendentes de pagamento, conforme previsto no **§ 2º do art. 59 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.**

9.15. Fica vedada qualquer pretensão de pagamento antecipado, parcial ou total, relativo à prestação dos serviços objeto deste Contrato, conforme preconiza o **art. 145 da Lei nº 14.133/2021.**

9.16. A Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação de Colinas do Tocantins/TO, reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que os serviços prestados não estão de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

9.17. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

9.18. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, com as informações que motivaram sua rejeição, para as necessárias correções, contando-se o prazo para pagamento, a sua reapresentação.

9.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

X – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos orçamentários afetos ao Órgão Gerenciador – Prefeitura Municipal e aos Órgãos Participantes – Fundos Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde de Colinas do Tocantins/TO, que couber.

XI – DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. Não será exigida garantia contratual, conforme previsto nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, por não se justificar sua necessidade diante da natureza do objeto e da forma de pagamento adotada.

11.1.1. A dispensa da exigência de garantia fundamenta-se no fato de que o pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo dos serviços contratados, devidamente atestados pela fiscalização, eliminando o risco de prejuízo ao erário.

XII – APÊNDICE

12.1. Estudo Técnico Preliminar Nº076/2025/PMCO/TO.

LUANA MARQUES DE OLIVEIRA
Portaria Nº696 de 10/09/2025

ELLÂINE SANTOS
Portaria Nº696 de 10/09/2025

Termo de Referência aprovado pela Secretaria Municipal de Administração.